

JOSÉ FERNANDO STEINBERG

REGIME JURÍDICO DE
APLICAÇÃO DAS MEDIDAS
COERCITIVAS ATÍPICAS DO
ART. 139, IV, DO CPC

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Fabiano Correia Silva Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinatti • Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Míquel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Steinberg, José Fernando. Regime Jurídico de Aplicação das Medidas Coercitivas Atípicas do Art. 139, IV, do CPC / José Fernando Steinberg Londrina, PR: Thoth, 2021.
139 p.

Bibliografias: 135 - 139
ISBN 978-65-86300-67-3

1. Regime Jurídico. 2. Aplicação. 3. Medidas Coercitivas Atípicas. 4. Art. 139, IV, CPC. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático
1. Direito Processual Civil : 341.46

1185215

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
MUDANÇA NO PARADIGMA DO JUIZ NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	19
CAPÍTULO 2	
O ESTADO LIBERAL E SUA INFLUÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	21
CAPÍTULO 3	
FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	25
CAPÍTULO 4	
O DEVIDO PROCESSO LEGAL E A EXECUÇÃO	33
CAPÍTULO 5	
TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	37
CAPÍTULO 6	
A TÉCNICA PROCESSUAL EXECUTIVA	41
6.1 Os módulos processuais executivos (fase ou processo autôno-mo) ...	41
6.2 Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção) .	42
CAPÍTULO 7	
PRINCÍPIOS INFORMADORES DA EXECUÇÃO.....	45
7.1 A solução integral do mérito engloba a satisfação do direito com eficiência e em tempo razoável.....	45
7.2 A busca da maior coincidência possível	46
7.3 Amplitude dos meios executivos (típicos e atípicos).....	46
7.4 Proibição das partes na execução	47

7.5 Sujeitabilidade do patrimônio e menor sacrifício possível.....	49
7.6 Procedimento executivo de desfecho único.....	50
7.7 Liberdade/disponibilidade na execução	51

CAPÍTULO 8

PODER GERAL DE COERÇÃO	55
8.1 Completude da tutela executiva	55
8.2 O Art. 139, IV, do CPC, como regra matriz do poder geral de coerção ...	57
8.3 Perfil do poder geral de coerção - Requisitos, características e limi-res.....	58
8.3.1 Requisitos.....	58
8.3.2 Características.....	59
8.3.3 Limites	61

CAPÍTULO 9

MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS EM ESPÉCIE	67
--	-----------

CAPÍTULO 10

REGIME JURÍDICO DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS NAS EXECUÇÕES PECUNIÁRIAS.....	85
10.1 Sobre a necessidade de título executivo judicial definitivo	86
10.2 A aplicação subsidiária das medidas coercitivas atípicas	89
10.3 Quanto à necessidade de requerimento da parte	92
10.4 A questão do contraditório prévio	96
10.5 A correlação entre a sanção vinculada à coerção e a natureza da obrigação pecuniária	100
10.6 A individualização da coerção ao devedor e a impossibilidade de cumulação desmotivada	102
10.7 A existência de indícios acerca da ocultação de bens penhoráveis do devedor.....	104
10.8 A necessidade de cognição prévia do juízo da execução em relação a determinadas matérias	108
10.9 Fundamentação da decisão que julga o pedido de aplicação das medidas coercitivas atípicas	110
10.10 Proporcionalidade, razoabilidade e proibição do excesso na aplicação das medidas coercitivas atípicas nas execuções pecuniárias.....	113
10.11 A segurança jurídica e o método de concreção para aplicação das medidas coercitivas atípicas nas execuções pecuniárias.....	120
10.12 Posições doutrinárias e do Superior Tribunal de Justiça acerca das medidas coercitivas atípicas nas execuções pecuniárias.....	123
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135